ECONOMIA

Telefone 2102-7274 E-mail economia@atribuna.com.br

Haddad estuda como compensar recuo

Governo poderá fazer novo bloqueio do Orçamento ou substituir incidência do IOF por perda de R$ 2 bilhões

DO RIO, BRASÍLIA E SÃO PAULO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a equipe econômica decidirá até o fim da semana como compensar o que deixará de ser arrecadado pelo recuo no decreto sobre a cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre investimentos em fundos no exterior.

"A gente tem até o fim da semana para decidir como vai compensar. Se com mais contingenciamento (bloqueio sobre o Orçamento) ou com alguma substituição", declarou Haddad a jornalistas, após a abertura do evento Nova Indústria Brasil, no Rio de Janeiro.

Questionado sobre o aumento do custo do crédito para empresas por conta do IOF, Haddad lembrou que as alíquotas do imposto eram mais elevadas no governo anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro.

GABRIEL SILVA/ATO PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO - 24/5/24

Segundo Haddad, alíquotas do IOF eram maiores no governo anterior

"Se vocês fizerem um dever de casa e pegar as alíquotas do IOF do governo anterior, vocês vão ver que eram bem maiores", declarou. "Quando aumenta a Selic, aumenta o custo do crédito, e nem por isso os empresários deixam de compreender a necessidade da medida".

Perguntado se já havia um cenário para que o Banco Central pudesse aliviar a política monetária, Haddad respondeu que trabalha para resolver o fiscal e monetário "o quanto antes".

"O que nós queremos é resolver isso o quanto antes, o fiscal e o monetário, para voltar a patamares adequados tanto de tributação quanto de taxa de juros, para o País continuar crescendo", disse.

Haddad afirmou que o governo vai seguir a regra fiscal mesmo em ano eleitoral. "Nós temos um marco fiscal, que está sendo reforçado pelas medidas. Nós temos até 2,5% de aumento real do gasto público de teto. É daí para menos. Nós vamos seguir a regra fiscal conforme combinado com o Congresso".

CARGA DA INDÚSTRIA

Haddad admitiu que a carga tributária da indústria é elevada, mas lembrou que, em 1964, era de 16% do PIB, quando a "ditadura militar colocou 10% a mais" nessa conta. "Foi de 16% para 26% do PIB a carga tributária ao final do período militar. E ela só subiu de 26% para 32% na ocasião da estabilização da moeda, com o Plano Real. E aí ficou". (Estadão Conteúdo)

MOTTA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), indicou que vai levar para discussão, na reunião de líderes da Casa, o projeto de Decreto Legislativo (PDL) que pede a suspensão do aumento do IOF. O PDL, proposto por deputados do Partido Novo, alega que o governo contrariou o Código Tributário Nacional.